

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

EM BUSCA DE UMA NOVA FRONTEIRA: O PORTUGUÊS DO BRASIL

Tania Regina de Luca
UNESP/Assis

No final do século XVIII, Herder afirmou que “todo povo é povo; ele possui sua formação nacional como possui sua língua.” Essa máxima, que esteve na base de reivindicações de cunho nacionalista na Europa, sobretudo a partir do último quartel do século XIX, quando a posse de uma língua própria passou a ser um dos critérios fundamentais para definir uma nacionalidade¹, soa surpreendentemente atual.

Observa-se, há algumas décadas, a ressurreição de línguas que pareciam condenadas ao gabinete dos folcloristas. A luta pelos direitos das “minorias”, termo difícil de precisar que tem sido aplicado numa gama muito variada de situações, tem explodido em reivindicações que muitas vezes passam pela questão do idioma. Os exemplos atuais extrapolam aqueles considerados clássicos, como o basco, que não pertence ao grupo indo-europeu, ou a militância em prol das línguas célticas, especialmente o galês, que obteve importante conquista com o *Welsh Language Act* de 1967, quando foi estabelecida a paridade entre a língua galesa e o inglês no âmbito legal e burocrático².

Na Nova Zelândia, os Maori, cerca de 10% da população, não só reconquistaram o direito à própria língua, proibida até meados do século XX, como estão sendo indenizados pelas terras que cederam à Coroa Britânica em troca de proteção militar. Situação bastante próxima observa-se no Canadá, onde 27000 Inuit passaram, desde abril de 1999, a controlar 20% do território do país. Os exemplos poderiam ser facilmente multiplicados para os Estados Unidos, cuja justiça tem estado às voltas não apenas com tribos indígenas que reivindicam o reconhecimento

de seus idiomas, tradições e a posse de territórios – recentemente um grupo, munido de bons argumentos legais, entrou com uma ação contra o governo federal exigindo a entrega Ilha da Liberdade, onde está a famosa estátua, sob alegação de que esta nunca foi legalmente comprada das tribos que a habitavam – como também com a questão do direito ou não dos filhos de imigrantes latinos aprenderem nas escolas o idioma de seus pais.

Não apenas países que receberam ou têm recebido grandes levadas de imigrantes ou possuem população nativa têm estado às voltas com questões desta natureza. Em Portugal, o mirandês, falado em Miranda do Douro, foi oficialmente reconhecido como língua em 1998 e já está sendo ensinado nas escolas. Mais recentemente, em julho de 1999, foi publicado um guia que objetiva sistematizar a sua ortografia.

O direito de expressar diferenças culturais, que tem se tornando um dos aspectos que caracterizam o mundo hodierno, colocou *sob judice* o que até há pouco se aceitava como cânone literário: descobre-se autores índios, negros, homossexuais, mulheres...., e procura-se evidenciar quão restritos têm sido os critérios de seleção e consagração até agora aplicados.

Infelizmente, as batalhas não se circunscrevem ao campo da literatura comparada. Convivemos com limpezas étnicas, campos de extermínio e conflitos em torno de identidades cuja explosão violenta está longe de se restringir à Bósnia ou a Kosovo, como querem nos fazer crer as agências noticiosas. Essa revitalização do local, que muitas vezes ganha força entre os segmentos mais jovens da população, ocorre quando se fala insistentemente de globalização, fim das diferenças e standardização de todo o planeta.

A língua portuguesa não escapou ao afã globalizador. Em 1990, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe firmaram um acordo ortográfico que previa a unificação parcial da grafia portuguesa. Para entrar efetivamente em vigor, o mesmo deveria ser aprovado pelos respectivos governos, de acordo com a prática legislativa de cada uma das nações signatárias. Como tal pré-requisito não foi, até o momento, integralmente cumprido, a reforma não se efetivou.

A justificativa para a medida foi expressa no primeiro parágrafo do texto do projeto, no qual se lê que “a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo.” Os que argumentaram em prol da ortografia unificada insistiram na questão da livre circulação de livros, inclusive didáticos, entre o mundo lusófono, e nas vantagens frente a organizações internacionais, como União Européia e Organização dos Estados Americanos. De acordo com Antonio Houaiss, um dos idealizadores da reforma, “nenhuma dessas organizações [OEA e EU] pode ter dupla despesa, aceitando como oficial duas variantes da mesma língua”³.

Contestações não faltaram dos dois lados do Atlântico: abaixo-assinado de nove mil intelectuais contra o acordo em Portugal, pronunciamentos de acadêmicos, filólogos e gramáticos do lado de cá. Olgária Matos não precisou entrar no emaranhado técnico para ir ao cerne da questão:

De agora em diante, ela [a língua] será instrumento de acumulação do capital. A ‘globalização’ da economia, há pouco tempo conhecida como imperialismo, chega agora à própria língua. Para um mercado mundial, uma língua unidimensional...

É próprio do pensamento tecnocrata dispor da língua segundo “valores extrínsecos”: no caso, as oscilações do mercado e, também, o editorial. Que se considerem novas possibilidades para o livro didático brasileiro, a ser adotado em países africanos de língua portuguesa, países política e economicamente frágeis.

Sem esquecer o expansionismo inerente ao “mercado”: o indiano, em Goa, o chinês em Macau. O que estaremos exportando? Certamente a discutível, para não dizer comprovada, má qualidade das obras tanto no plano cultural quanto gramatical...

As línguas são diferenças que comunicam diferenças. A alteridade é, nelas, possibilidade de ampliação de nossa humanidade. Ela não limita, totaliza. É a diferença que torna a comunicação possível. É num acordo sutil entre palavras pronunciadas (ditongo aberto ou fechado, trematizações, consoantes, interpos-

tas) que as línguas se respeitam e se harmonizam. O que as torna comunicáveis é a sua essencialidade, aquela que permite a interlocação. “Pequenas” mudanças padronizadas não aproximam as línguas; procuram, ao contrário, neutralizar a semântica de seus universos. Variações próprias a cada língua são representações imaginárias⁴.

Não se trata de apego a sinais como o trema – que a reforma extingue – ou o hífen – que sai dela profundamente alterado –, mas de questionar a intromissão no uso que se faz do idioma. Nesse âmbito, é evidente para os seus utentes cotidianos a diferença entre as pronúncias, que a ninguém ocorre padronizar. Cabe então perguntar: é possível grafias idênticas?

Um indício da distância efetiva entre Portugal e Brasil, que nenhuma reforma pode aproximar, foi fornecido por José Saramago. Em 1986, portanto muito antes de ser laureado com o Nobel de Literatura, ele figurava entre os colaboradores da extinta revista brasileira *Status*, com uma coluna intitulada *Notas de Ultramar*. Num de seus textos, republicado quando de sua premiação, ele relatou o seu desconforto mediante a informação, dada por um amigo de São Paulo, de que os brasileiros referiam-se a Fernando Pessoa como “o grande poeta da língua portuguesa” e não como “o grande poeta português.” Saramago nos conta que retrucou ao amigo que “a atitude configurava forte abuso, que realmente o Brasil sofria de vertigem imperial e que, por esse andar, acabariam por levar-nos o próprio Luís de Camões, ou o Eça de Queiroz, e a Deus, graça por dos mais escritores portugueses conhecerem tão pouco.”

Passado o primeiro impacto, o escritor vai se tornando mais sereno, diz que Pessoa “é bastante grande para satisfazer dois países e povos... Tomem pois os brasileiros, para si, a Fernando Pessoa, que não ficaremos mais pobres por isso” e confessa: “eu também desejaria que Manuel Bandeira fosse meu.” Entretanto, para a efetivação de tal intercâmbio, Saramago impôs uma condição precisa: o reconhecimento dos débitos brasileiros para com a cultura portuguesa:

Essa cultura de que a língua portuguesa é o veículo e o instrumento não principiou no dia 7 de setembro de 1822... Para trás não ficavam o caos, o tempo das trevas, a brutalidade da ignorância. Para trás ficava, sim, um formigueiro cultural com quase 700 anos de trabalho miúdo e algumas grandes empresas... A parte visível da cultura que diremos brasileira emerge e assenta, como parte visível de um iceberg, sobre a massa profunda da história e da cultura portuguesa. A cultura brasileira tem uma pré-história, e essa, dêem-lhe as voltas que entenderem é, e não pode deixar de ser, a cultura portuguesa...

Tranqüilizai-vos, porém. Cuido saber dos fatos da vida o suficiente para não ceder à ingenuidade, senão à estupidez, de considerar as culturas brasileira e portuguesa como meramente e mutuamente complementares de um só corpo cultural, o que, por caminho tão vicioso, eqüivaleria a querer meter num saco de conflitos todas as culturas de língua portuguesa, a pretexto de uma história em parte comum... Mas somos gente de uma imensa família, de uma mesma língua, de uma cultura que é, embora diferentemente, mesma. Se os brasileiros se recusam a aceitar essa evidência, se o dia 6 de setembro de 1822 é, para eles, anterior à criação do mundo, então façam o favor de nos devolver Fernando Pessoa⁵.

Saramago talvez não imaginasse que, alguns anos depois, ele próprio ocuparia o posto – ou no mínimo estaria ao lado – do seu compatriota Fernando Pessoa. Comentando as repercussões do Nobel, declarou-se surpreendido com a reação em outros países de língua portuguesa: “eles comemoraram ‘como se a premiação fosse deles’, numa indicação de que existe atmosfera favorável a um intercâmbio entre estes países”⁶.

As ponderações de Saramago indicam que a questão das fronteiras culturais entre Portugal e o Brasil continuam sendo um espaço de disputas, que tende a ocupar novamente a ordem do dia com a proximidade do quinto centenário dos descobrimentos. A comemoração de efemérides, por mais que sejam relativizadas e analisadas a partir de um olhar crítico e questionador, acabam por se impor, ensejando a realização de sínteses e balanços críticos.

Em 1922 não foi diferente. Entretanto, se para os contemporâneos este era o esperado ano do Centenário da Independência, o distanciamento imposto pelo correr do tempo fez com que a referida celebração se transformasse na sua evocação mais tê-

nue e pálida, abafada diante de uma avalanche de significados no campo político e cultural.

O nacionalismo, que impregnava a atmosfera da época, alimentava-se em várias fontes. A conjuntura aberta com o início da Primeira Guerra Mundial atuou enquanto catalisador de um renovado interesse pelo país, manifesto na disposição de encarar decididamente os problemas nacionais e propor soluções compatíveis com as nossas especificidades. Ganhou força o coro dos que propunham o abandono de ideais postiços e de empréstimo em prol de um trabalho de auto-conhecimento, capaz de revelar o Brasil aos brasileiros. Amiudaram-se as denúncias a respeito da falta de organização, disciplina e tenacidade de um país imenso, com enormes áreas desertas, habitado por uma população escassa, na sua esmagadora maioria analfabeta e desprovida de civismo. Numa palavra, o país precisava, urgentemente, assenhorar-se de fato do seu território e explorar as riquezas que ele guardava.

Em sintonia com o espírito bélico da época, fundaram-se a Liga de Defesa Nacional (Rio de Janeiro, 1916), a Liga Nacionalista (São Paulo, 1917) e Bilac iniciou sua ardente pregação em prol do serviço militar obrigatório, apontado como solução eficiente não apenas para afastar qualquer ameaça à soberania nacional, mas sobretudo enquanto fator efetivo de unificação e regeneração física, moral e cívica da população.

Nessa redescoberta, a língua ocupou posição de destaque, como transparece na *Revista do Brasil* (1916-1925), uma das principais publicações culturais da época, na qual o português foi constantemente apontado como importante fator de coesão nacional, figurando como elemento significativo nas várias tentativas de caracterizar a nação brasileira. As diferenciações entre o português do Brasil e o de Portugal tornaram-se, mais uma vez, o centro de acalorados debates.

Durante o século XIX, escritores como Gonçalves Dias, José de Alencar, Montalverne, Junqueira Freire alinhavam-se entre aqueles que defendiam, com maior ou menor ênfase, a diversificação do português do Brasil, enquanto Franklin Távora, Antônio Henriques Leal e Joaquim Nabuco, colocaram-se em trincheira oposta. Estava em pauta o rompimento com o passado português,

a fidelidade ao quinhentismo, o valor dos clássicos, a aceitação de estrangeirismos, o distanciamento entre a língua falada e a escrita.

A disputa, porém, esteve longe de ter um desenvolvimento linear. À vaga romântica seguiu-se um período marcado pelo signo da vernaculidade, associada a figuras de grande prestígio: Rui Barbosa, Bilac, Euclides da Cunha, Coelho Neto. Alguns, como Osório Duque Estrada, eram considerados verdadeiros inquisidores, sempre prontos a denunciar o mínimo desvio nos padrões normativos da língua⁷.

Nas duas grandes vias de abordagem perfilavam-se, de um lado, os puristas ou legitimistas, defensores da aplicação estrita dos cânones gramaticais e avessos a tudo que se afastasse da linguagem culta; e de outro aqueles que, enfatizando o distanciamento – em termos dialetais ou separatistas – do português da América, combatiam o apego ao formalismo e academicismo, advogando a legitimidade dos brasileirismos e das construções populares.

Note-se que esse tipo de discussão não era exclusividade nossa. Como assinalou Morse, “o conflito entre puristas e nativistas, uma velha briga em todos os países americanos, reduz-se a esta questão: se os idiomas transplantados perderam sua força e precisão para exprimir mensagens novas, ou se são justamente estas mensagens que hão de revigorar a língua”⁸. Nos Estados Unidos a questão também foi candente. Noah Webster pretendeu demonstrar, com a publicação do seu *An American Dictionary of English Language*, em 1828, que o país possuía sua própria língua.

A *Revista do Brasil* surgiu num momento em que, sob o influxo da atmosfera nacionalista, a tendência de se considerar as transformações lingüísticas produzidas no Brasil como corrupção ou transgressão da norma culta tornavam-se, mais uma vez, alvo de críticas. Os apóstolos da nova cruzada emancipadora dispuseram de amplo espaço na revista, que nem por isso deixou de acolher opiniões dissonantes.

A problemática ressoava com força na escrita, área na qual a situação beirava o caos. A inexistência de normas ortográficas gerava uma multiplicidade de grafias para o mesmo vocábulo, sem que se pudesse encontrar alento num padrão seguro. Apesar de todas as tentativas de reforma ortográfica encetadas pela Acade-

mia Brasileira de Letras (1907, 1912, 1915), o que vigorou, até o início da década de 1930, foi a ausência total de normatização.

As disputas no campo da prosódia e da ortografia invariavelmente terminavam por conduzir à tormentosa questão do estatuto da língua falada no Brasil. Afinal tratava-se de um novo idioma, já emancipado ou em vias de obter sua alforria; de línguas idênticas no que respeita à estrutura fundamental; ou ainda de um português modificado, com todas as gradações e matizes que se queira atribuir ao termo? O epicentro da questão residia na análise das transformações lingüísticas aqui operadas, suas origens e conseqüências práticas.

Os defensores da unidade do idioma insistiam que as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal resumiam-se ao léxico. Em contrapartida, havia todo um grupo que se declarava insatisfeito com esse compromisso, por considerá-lo incapaz de romper o estigma colonial que ainda pesava sobre a produção da intelectualidade brasileira. No seu interior havia tanto os separatistas radicais quanto os que, apesar de admitirem a unidade, não abriam mão do direito à diversidade.

Assim, a auto-afirmação da nação subordinava-se à contestação tanto da herança recebida de Portugal, quanto de sua suposta prerrogativa de continuar a ditar regras no campo cultural. A posse de uma língua própria, capaz de dar vazão à expressividade nativa, desempenhava aqui papel estratégico. Obviamente essa busca não estava isenta de conotações políticas. Afinal, argumentava-se que não só o futuro da ex-colônia afigurava-se muito mais promissor do que o da antiga metrópole, como também insistia-se no maior número de usuários do idioma deste lado do Atlântico.

As demandas estribavam-se em argumentos que, apesar de contrastantes, muitas vezes apareciam mesclados nos discursos da época. Recorria-se com freqüência a princípios inspirados na biologia evolucionista, com o intuito ora de justificar o processo de diferenciação em curso⁹, ora a inevitabilidade da separação completa¹⁰.

Outros postulavam que boa parte dos chamados brasileirismos nada mais eram do que formas arcaicas conservadas na América, porém já desaparecidas na Europa. Nessa medida, aquilo que, quando confrontado com as normas então vigentes em

Lisboa se afigurava como erro ou transgressão, encontrava abono nos escritores de séculos anteriores. *O Dialeto Caipira*, obra de Amadeu Amaral que inaugurou uma nova etapa nos estudos lingüísticos nacionais, comprovou de forma cabal essa sobrevivência. Com afirmou um resenhista, o trabalho fornecia ao leitor

(...) ocasião de ver no *Dialeto Caipira* numerosos fenômenos lingüísticos interessantes. Um deles é a persistência, em nosso meio, de arcaísmos literários lusitanos. Já deste fato muitos estudiosos tem tratado. Nesse particular, portanto, o que distingue o livro do senhor Amaral não é a novidade do assunto, e sim a abundância de arcaísmos que nos fornece no vocabulário, e para os quais em regra nos chama a atenção¹¹.

O Dialeto esteve longe de colocar um ponto final nas discussões. Muito ao contrário, todos arrumaram uma fórmula de citá-lo para legitimar seus argumentos¹². Entretanto, se suscitava utilizações díspares, a constatação do caráter arcaico da fala do caipira contribuía com elementos novos para a construção do sentimento de paulistanidade. À imagem de um São Paulo rico e próspero, berço do café, palco da independência, responsável pela expansão do território, habitado por uma raça superior, somava-se agora a de guardião da língua dos descobridores, mantida intacta graças à

(...) uma peculiaridade paulista. A formação de São Paulo diverge, profundamente, da do resto do país (...) Só, pois, a linguagem paulistana pode ter guardado tão pronunciados traços da língua dos cronistas da Índia... Pretendemos, os paulistas, que somos nós os filhos mais velhos do Brasil, e para a pretensão, que tem fundamentos na História, *o Dialeto Caipira* traz preciosa contribuição glotológica¹³.

Aos habitantes planaltinos dever-se-ia, mais uma vez, creditar a redenção do Brasil. Desta feita era o tão desprezado “português com açúcar” que encontrava a sua nobilitação. Assim, por vias transversas, o trabalho de Amaral vinha engrossar a vertente comprometida com o resgate de um passado paulista povoado de heróis e glórias, único a harmonizar-se com as fulgurantes realizações do presente. É importante lembrar que datam desta época a publicação de trabalhos de Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay, Paulo Prado e, pouco depois, de Antonio Alcântara Machado, a

respeito do bandeirante, caracterizado como “mameluco audaz, que expandiu as fronteiras do Brasil, descobriu o ouro, dono de uma cultura própria”, imagem que colaborou poderosamente no sentido de forjar o “patriotismo paulista, associado a um orgulho de linhagem”¹⁴.

É curioso como este trabalho de apropriação do linguajar caipira, que insuflava o orgulho paulista, silenciava a respeito do cotidiano vivido na cidade, onde estrangeiros das mais variadas procedências dividiam o espaço com migrantes interioranos. A grande diversidade de variantes lingüísticas foi explorada com humor na revista *O Pirralho*, que satirizou, por meio da estilização da fala e da criação de tipos característicos, não apenas italianos (Juó Bananéri), mas também alemães, franceses e caipiras¹⁵. O próprio Bananéri muito deve ao dialeto caipira, aspecto que tem sido assinalado pelos especialistas na questão¹⁶.

A seletividade da apreensão, que retém tão somente os aspectos que respondem às necessidades de um grupo restrito, marca a distância entre a problemática do historiador e as declarações dos poetas, que podem, contrariamente àquele, resolver a questão afirmando: “minha pátria é a língua portuguesa” (Fernando Pessoa) ou “(...) o meu país está onde eu estiver” (José Saramago).

376

NOTAS

¹HOBBSAWN, E. J. *A Era dos Impérios 1875-1914* Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988, cap. 06, discute o novo conteúdo político do nacionalismo no período 1880-1914: “(...) o que se revelou significativo, a longo prazo, não foi tanto o grau de apoio para a causa nacional, obtido nessa época entre este ou aquele povo, e sim a transformação da definição e do programa do nacionalismo. Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição étnico-lingüística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX... Isso não significa que a linguagem haja sido anteriormente irrelevante como questão nacional. Era um critério de nacionalidade entre outros (...)”, pp. 208-209.

²A defesa do galês remonta ao final do século XIX. Douglas Hyde, em conferência pronunciada na Sociedade Literária de Dublin, afirmava em 1892: “Me gustaría tambien llamar la atención sobre la ilógica posición de los hombres que abandonan su lengua para hablar inglés, de los hombres que traducen sus eufónicos nombres irlandeses a monosílabos ingleses, de los hombres que leen libros ingleses y nada saben de la literatura gaélica, afirmando no obstante que odian el país que imitan cada vez que tienen oportunidad.” Apud KOHN, Hans. *El nacionalismo*. Su significado y su historia. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1966, p.203.

³HOUAISS, Antônio. “A melhor língua é a que falo e escrevo”. In *O Estado de S. Paulo*. 14/05/1995, p. D2, Caderno 2 Especial Domingo, Nova Orthographia. Um acordo na berlinda.

⁴MATOS, Olgária Chaim Féres. “Globalização atropela a cultura”. In *Folha de S. Paulo*. 07/05/1995, pp. 05-03.

⁵SARAMAGO, José. “Notas do Ultramar”. In *Bravo!* São Paulo, D’Avila Comunicações, Ano 2, n.º 14, nov. 1998, p. 18.

⁶Entrevista de José Saramago a Beatriz Coelho da Silva. *O Estado de S. Paulo*, 20/04/1999, p. D5 (grifo meu).

⁷A respeito da atividade crítica de Osório Duque Estrada, que se estendeu por mais de duas décadas, BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil - 1900*. 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, pp. 245-246 afirmou: “Osório passou logo a ser visto como um mestre escola rabugento, de palmatória em punho, fazendo crítica estreita com a preocupação dos erros de portugueses... Acusaram-no de excessiva severidade com os novos, pecha de que se defendeu citando os nomes das figuras de proa que haviam sido alvo de sua fêrula. Chamaram-no de “guarda noturno da literatura brasileira”; e ele aceitou o título dizendo que para o exercício dessa função meramente policial, para não dizer profilática, bastara-lhe uma única habilidade: a de converter a pena de escritor em apito de vigilante” (grifo no original).

⁸MORSE, Richard. *A volta de McLuhanaíma*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo, Cia das letras, 1990, p. 30.

⁹“As línguas, sendo organismos vivos, em evolução, devem ser estudadas em todas as manifestações... O português do Brasil, queremos referir-nos à língua falada pelo povo, pode ser comparado com um ramo que venha de um arbusto por mergulhia. Até se criarem raízes o ramo é sustentado pela seiva do arbusto, mas, uma vez aparecida as raízes, já não há mais necessidade disto; a planta pode por si haurir no solo nova seiva que se vai juntar à que veio do vegetal donde saiu, e quando o jardineiro por um golpe de tesoura separa arbusto e ramo, este vai separadamente prosseguir sua evolução. Outro tanto se deu conosco, prosseguimos hoje evolução separada, como a Península Ibérica seguiu depois do colapso romano...Estamos assistindo aos pródomos de uma transformação lingüística; contemplamos o ponteiro da horas, por isso crêmo-lo fixo.” NASCENTES, Antenor. “Variante Carioca de um Subdialeto Brasileiro”. In *Revista do Brasil*. vol. 17, nº 78, jun. 1921, pp.131-132.

¹⁰Egas Muniz argumentava que “As línguas se aclimatam tão facilmente como os povos, e os séculos hão de fatalmente separá-las”. Apud, LIMA, Oliveira. “Língua e Ortografia”. In *Revista do Brasil*. vol. 25, nº 93, set. 1923, p. 82.

¹¹SILVEIRA, Souza da. “O Dialeto Caipira”. In *Revista de Língua Portuguesa*, n.º 11, mai. 1921, p. 27.

¹²“Estudo experimental da linguagem paulista, é pura constatação de fatos. Não o anima aquele estranho ‘espírito nacionalista’. Ao contrário, a melhor, a mais bela, a mais valiosa observação do livro é exatamente aquela que, longe de insinuar a solução de continuidade histórica da língua, proclama com a maior eloquência o fenômeno de apego atávico ao velho falar dos navegantes portugueses, que deram nascimento à nação. A linguagem caipira está cheia, não só de termos e expressões vernáculas como - o que é de extraordinária beleza - de

reminiscências da epopéia descobridora. Para opor aos sonhadores do 'idioma nacional' que mais convincente argumento?" FERRAZ, Brenno. "O Dialeto Cai-pira". In *Revista do Brasil*. vol. 16, nº 62, fev. 1921, p. 165 (grifos no original).

¹³*Idem*.

¹⁴ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, 1985. Tese de Doutorado em História. São Paulo, FFLCH/USP, 1985, p. 138.

¹⁵Ver a respeito a artigo de CAPELA, Carlos Eduardo S. e LEUVEN, K. U. "Representações de Migrantes e Imigrantes: O caso de Juó Bananéri". In *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. pp. 49-58.

¹⁶ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére: As cartas d'Abaixó Pigues*. São Paulo, Editora da UNESP, 1998.